

JORNALISMO E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2020 A 2024

Cíntia Moreira Gomes[1]
Lorena de Andrade Trindade[2]
Gabriel Razo da Cunha[3]
Cláudia Lago[4]

RESUMO
Este artigo analisa o assédio e a violência contra mulheres jornalistas no Brasil, destacando desigualdades de gênero e a intensificação da violência digital. A partir da reportagem de Fabiana Moraes para o Intercept Brasil, são discutidos episódios de misoginia nas redações. Além disso, a pesquisa investiga ataques online, como ameaças e difamação, com base em relatórios da ABRAJI, FENAJ, Voces Del Sur, Unesco, ICFJ e CDJor entre 2020 e 2024.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; assédio; violência, jornalistas mulheres.

Embora as mulheres representem a maior parte dos jornalistas no Brasil (Lima; Mick, et al. 2021), as desigualdades de gênero continuam a ser um tema central na profissão. Violências simbólicas, como ameaças, assédios ou demissões injustificáveis, são comuns nas redações e reforçam a necessidade de discutir as desigualdades no jornalismo, seja em veículos impressos, digitais ou podcasts. Além disso, a internet, especialmente as redes sociais, tornou-se um espaço de violência contra jornalistas, principalmente mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+, que

[1] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: cintiagomes@alumni.usp.br.
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP). Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS UFSC). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. E-mail: lorena.trindade@usp.br.
[3] Mestrando da linha de pesquisa Comunicação: Interfaces e Institucionalidades do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É Licenciado em Educomunicação pela ECA/USP. Brasil. E-mail: gabrielrazo@usp.br.
[4] Professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. É coordenadora do AlterGen –Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP). E-mail: claudia.lago07@usp.br.

enfrentam ataques digitais ligados à violência de gênero, mostrando que essa opressão ultrapassa as redações e se estende à audiência.

Narrados por Moraes (2023), episódios misóginos, como a demissão da jornalista Thais Bilenky da revista Piauí em 26 de outubro de 2023, servem como ponto de partida para discutir as desigualdades de gênero no jornalismo. A provocação de Fabiana Moraes para o The Intercept Brasil, na reportagem "'Uma redação boa pra caralho': mulheres ficam para trás no jornalismo que preza os super-homens" (8 de novembro de 2023), aborda essa questão.

Moraes escreve a partir de uma perspectiva autobiográfica, sendo mulher, negra e mãe, e revela como o jornalismo é estruturado em torno de privilégios masculinos (heteropatriarcal, branco e cis). Ela observa que, para muitos, o jornalismo é visto como uma profissão de "super-homens", associada a características como frieza, coragem e competitividade (Moraes, 2023). No entanto, ela ressalta que essas qualidades não são exclusivas de um gênero, mas são atribuídas aos homens como os "desbravadores do espaço público", e que mulheres e homens fora dessa dinâmica precisam frequentemente encená-la para serem respeitados (Moraes, 2023).

Nesse sentido, Marcia Veiga da Silva (2010, p. 63) lembra que "é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam saberes acerca disso". Essa discussão nos é útil para pensarmos a disparidade de gênero nas redações. Para Veiga da Silva (2010) não é possível ignorar, portanto, o quanto o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero.

A autora questiona: qual é o gênero do jornalismo? Baseada nas ideias de Louro (1997) e em sua pesquisa empírica, ela conclui que "o jornalismo é masculino" (Veiga, 2010, p. 64). Trata-se de uma profissão marcada por relações de gênero que impactam diretamente a produção de notícias e as relações hierárquicas e de poder. A pesquisa de Lima; Mick, et al. 2021), com 7.029 jornalistas, reforça essa conclusão, mostrando que 58% dos jornalistas no Brasil são mulheres e 68,4% são pessoas brancas. Compreender o perfil dos jornalistas é essencial, pois ele pode influenciar os temas abordados e as questões de gênero e raça na cobertura jornalística.



Mesmo em redações constituídas por mulheres em sua maioria, a violência de gênero continua sendo comum. A pesquisa “Gênero e Número: Mulheres no jornalismo Brasileiro”, realizada pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), de 2017, mostrou que 92,3% das mulheres entrevistadas contaram já ter passado por situações constrangedoras e ouvido piadas machistas no ambiente de trabalho. De um universo de 477 mulheres, 53,4% delas afirmaram acreditar que nas suas organizações as mulheres têm menos oportunidades de progredir na carreira que os homens. Entre as demais, 39,5% afirmaram que as chances são as mesmas, 1,7% disseram que as chances são maiores e 5,3% alegaram não ter refletido sobre esse assunto (Abraji, 2017).

Por que o jornalismo continua hostil para as mulheres? Bandeira (2019) analisa a trajetória feminina na profissão, começando no século XX, quando as mulheres eram designadas para temas de variedades, enfrentando discriminação e exclusão (Abreu, 1996 apud Bandeira, 2019, p. 142). Koshiyama (2001) complementa, afirmando que as mulheres ficavam restritas aos suplementos femininos ou áreas de menor prestígio, refletindo a cultura heteronormativa das redações.

Além disso, as mulheres enfrentam desafios como conciliar a vida familiar e profissional (Koshiyama, 2018, p. 19), além de lidarem com assédio moral e sexual, práticas naturalizadas no jornalismo. Koshiyama destaca que esses assédios são respaldados pela organização, criando uma cultura persistente de exclusão e objetificação das mulheres, que são tratadas como objetos sexuais, desconsiderando seu saber profissional e afetando sua dignidade (Koshiyama, 2018, p. 31).

O desafio para as mulheres jornalistas vai além das redações, estendendo-se para as redes sociais, que se tornam ambientes hostis e vulnerabilizam ainda mais essas profissionais. Segundo o relatório da UNESCO (2020), “Violência online contra mulheres jornalistas”, 26% das vítimas dessa violência sofrem impactos na saúde mental, e 12% buscam atendimento médico ou psicológico.

A violência contra mulheres jornalistas é um problema global e segue vários padrões, como ameaças dirigidas não apenas às jornalistas, mas também a suas famílias; migração da violência online para o mundo offline; violência ampliada por meio de campanhas coordenadas de desinformação, muitas vezes incentivadas e ancoradas em discursos de políticos; discursos misóginos intercalados com racismo e outros marcadores (Posetti, et al., 2021); entre outros componentes.



Casos notórios incluem ataques a jornalistas como Isabela Palhares, que, em 2019, sofreu críticas do ministro da Educação Abraham Weintraub, após uma reportagem sobre ônibus escolares, resultando em ataques nas redes sociais. Em 2020, Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, foi alvo de ataques machistas e misóginos após declarações falsas divulgadas pelo deputado Eduardo Bolsonaro, gerando ataques violentos nas mídias sociais e no Congresso (Fenaj, 2020).

No ano de 2020, a Fenaj registrou 478 ataques contra jornalistas, incluindo 152 casos de descredibilização da imprensa e 76 de agressões verbais ou virtuais, com o ex-presidente Jair Bolsonaro responsável por 145 desses ataques. Em 2022, houve uma redução de 12,53% nos ataques, mas as formas de violência mais diretas, como ameaças e hostilização, aumentaram, principalmente nas redes sociais, que se tornaram um dos principais espaços para discursos de ódio contra jornalistas (Fenaj, 2020).

Em 2023, o Informe Sombra apontou o Brasil como o segundo país com maior taxa de violência de gênero contra jornalistas na América Latina, com a comunidade trans sendo a principal vítima. Nas eleições municipais de 2024, as redes sociais concentraram 50,8% dos ataques a jornalistas mulheres, que representam 45,9% dos profissionais monitorados. Além disso, 11 casos de violência fora do ambiente digital foram registrados, ampliando o clima de autocensura e medo (CDJor, 2024).

Diante da análise apresentada, reafirmamos a importância de discutir as desigualdades de gênero no jornalismo, especialmente no que tange às jornalistas mulheres e às estruturas de poder que sustentam tais dinâmicas nas redações. Casos citados no artigo apenas evidenciam como essas desigualdades permanecem operando, inclusive na composição das equipes e no espaço de participação feminina em veículos jornalísticos.

Os ataques virtuais direcionados às jornalistas mulheres reforçam um ambiente hostil que demanda atenção e resposta institucional. Há uma rede de apoio dentro da própria categoria, com jornalistas e associações se posicionando contra essas agressões. No entanto, é fundamental que esse suporte seja ampliado e institucionalizado, por meio de políticas efetivas de proteção, guias de boas práticas e espaços de acolhimento para profissionais que enfrentam tais desafios.

Algumas iniciativas têm sido implementadas para combater a violência contra jornalistas, especialmente mulheres. A Abraji lançou uma cartilha “Como lidar com

assédio contra jornalistas nas redes", e criou o site violenciagenerojornalismo.org.br, com dados e canais de denúncia. A Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores disponibiliza uma Biblioteca de Proteção e a Fenaj promove capacitações, campanhas e mantém uma Comissão de Mulheres para discutir condições de trabalho.

Ao considerarmos os espaços do jornalismo como ambientes que reproduzem as estruturas sociais, conseguimos compreender a persistência das desigualdades de gênero. Urge, portanto, a necessidade de se colocar em debate, de forma genuína, como esses espaços podem ser mais iguais, sem que se replique a defasada ideia de que mulheres são incapazes de realizar com excelência quaisquer que sejam as funções dentro do jornalismo, além da necessidade de garantia de segurança e proteção à violência e assédio contra mulheres no jornalismo. Seja nas diferentes editorias, seja em altos cargos dentro das organizações.

REFERÊNCIAS

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 08/03/2025.

ABRAJI. **Como lidar com assédio contra jornalistas nas redes**, 2018. Disponível em: <https://assedioonlineajornalistas.org.br >. Acesso em 08/03/2025.

ARTIGO 19; Herzog,Instituto Vladimir. 2021. Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores. Disponível em: <https://rededeprotecao.org.br/>. Acesso em: 08/03/2025.

BANDEIRA, Ana Paula. A mulher no jornalismo brasileiro: o mundo do trabalho delas no mais antigo e no mais vendido jornal do país. **revista pauta geral** - estudos em jornalismo, v. 6, p. 140-152, 2019.

CDJor. **Monitoramento de ataques contra a imprensa em 2024**. 2024. Disponível em <https://emdefesadojornalismo.org.br/wp-content/uploads/2024/12/CDJor_Relatorio_Final_12.12.pdf> Acesso em 08/03/2025.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil.** 2020. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf>. Acesso em 08/03/2025.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil.** 2022. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>.Acesso em 08/03/2025.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. In: BARBOSA,



Marialva (Org.). Estudos de jornalismo. Campo Grande: Intercom, 2001. p. 33-41

KOSHIYAMA, Alice Mitika; REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas**. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (Org.). Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 19-34.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques et. al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho Florianópolis : Quorum Comunicações, 2022 Disponível em https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf Acesso em: 05/03/2025.

MORAES, Fabiana. **'Uma redação boa pra Caralho': mulheres ficam para trás no jornalismo que preza os super-homens,** 2023. The Intercept Brasil. Disponível em <https://www.intercept.com.br/2023/11/08/mulheres-ficam-para-tras-no-jornalismo-que-preza-super-homens/>. Acesso em 5/03/2025.

POSETTI, Julie et al. **The chilling: global trends in online violence against women journalists**. Research discussion paper. Paris: Unesco, 2021. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377223 . Acesso em: 05/03/2025.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, O Gênero Do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 05/03/2025.